

Discutindo memória, lugar e identidades sob o prisma das sexualidades dissidentes

Discussing memory, place and identities from the perspective of dissident sexualities

Rafael Chaves Vasconcelos Barreto¹

Resumo

O presente artigo vem tratar do tema das sexualidades dissidentes, discutindo estas por meio dos conceitos de território, lugar e memória, bem como a sua relação com sujeitos LGBTQI+. A partir de revisão teórica, associada ao uso da observação participante como metodologia, verificamos o papel dos territórios de sociabilidade homoafetivos, os desafios vividos por seus atores e sua concepção enquanto lugar. Tendo como recorte espacial o município do Rio de Janeiro, verificaremos como os LGBTQI+, enquanto grupo - dotado de identidade própria e memória - são capazes de formar territórios em escala local bem como entender como se dá a interação nesses espaços.

Palavras-chave: Território. Lugar. Memória Social. LGBTQI+.

Abstract

This article deals with the theme of dissident sexualities, discussing these through the concepts of territory, place and memory, as well as their relationship with LGBTQI+ subjects. From a theoretical review, associated with the use of participant observation as a methodology, we verified the role of homo-affective sociability territories, the challenges experienced by its actors and their conception as a place. Taking the city of Rio de Janeiro as a spatial cutout, we will see how LGBTQ+, as a group - endowed with its own identity and memory - are capable of forming territories at a local scale and how interaction takes place in these spaces.

Keywords: Territory. Place. Social Memory. LGBTQI+.

Introdução

No nosso cotidiano a presença de um sujeito LGBTQI+ ou mesmo uma simples visualização de uma situação em que se explicita a homossexualidade

¹ Geógrafo (Licenciatura e Bacharelado) formado pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2007). Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE (2010). Bolsista pela Fundação CECIERJ (Bolsa de Incentivo à Docência) atuando na Diretoria de Extensão na elaboração de cursos de atualização e qualificação nas áreas de Ciências Humanas/Geografia e Gestão Ambiental. E-mail: rcvbarreto84@gmail.com

gera, em alguns momentos, estranheza àquele que a presencia. Tal estranheza nos leva a algumas questões como: porque a exposição de uma sexualidade dissidente provoca desconforto em determinados sujeitos? Que memórias são ativadas por esse sujeito que experimenta desconforto em visualizar situações que envolvem a orientação sexual e/ou identidade de gênero de outros sujeitos? Que consequências sociais esse tipo de conflito entre identidades traz a essas minorias sexuais?

Vale aqui pontuar que o uso da sigla LGBTQI+ utilizada neste trabalho significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers* e Intersexos. Diferentemente da sigla instituída pelo movimento LGBT, foram incluídas aqui pessoas *Queer* e Intersexo objetivando a promoção, a inclusão e a visibilidade do maior número possível de pessoas com orientação sexual, identidade ou expressão de gênero desviantes do padrão cisheteronormativo e binário. Consideramos, portanto, estas pessoas como público alvo de observação nesse trabalho, em virtude de manifestarem sua sexualidade de modo dissidente do padrão tido como hegemônico. É importante ressaltar ainda que esta sigla, conforme expõem Soliva e Gomes Junior (2020), é resultado de debates produzidos nas conferências nacionais organizadas pelo próprio movimento sendo esta um lugar de disputa tanto na militância como na academia, dividindo a opinião de pesquisadores, autores e ativistas entre o uso conforme a sua construção nacional e o uso de acordo com os padrões norte-americanos.

Tais reflexões são levantadas e sua discussão se torna cada vez mais urgente visto que o tema permanece cercado de tabus, preconceitos e curiosidades. Ao longo das últimas décadas a temática vem ganhando espaço, se tornando centro de discussões nas mais diversas esferas, indo desde uma simples conversa de bar, até a proposição de projetos de lei nas câmaras legislativas dos mais diversos países, entretanto não livre de motivar discussões acaloradas.

Tanto na esfera econômica quanto na social, nossa sociedade vem sofrendo inúmeras mudanças, refletindo no surgimento de novos atores sociais que resultam na emergência de diversos padrões sociais como a formação de novos arranjos familiares bem como em alterações do espaço urbano – alterações estas que refletem o perfil dos sujeitos que ali circulam. Associado a isso vemos a maior visibilidade que alguns movimentos sociais vêm ganhando nas últimas décadas – como é possível observar no caso do movimento LGBTQI+.

Pensando, por sua vez, nos LGBTQI+ como indivíduos que vivem em sociedade e interagem com outros atores sociais, é importante pensarmos na sua construção enquanto sujeitos, nos conflitos pelos quais passam e consequente entendimento destes como integrantes de um grupo estigmatizado.

Sendo assim, sob a luz dessas questões que se manifestam num viés espacial, temos um grupo que, embora heterogêneo, se manifesta (ou tenta manifestar) suas identidades em meio a essa exclusão, nos levando a refletir

sobre suas práticas e performances nos diversos espaços, tendo a memória coletiva como um dos agentes capazes de explicar tais comportamentos ou mesmo (re)defini-los.

Algumas questões em âmbito local nortearão o presente artigo: Como as identidades pertencentes ao grupo entendido como LGBTQI+ se manifestam no espaço urbano, tendo como pano de fundo o município do Rio de Janeiro? Em quais contextos a memória está inserida na construção dessas identidades? Como essas memórias interferem e podem ser percebidas nas performances sociais desses sujeitos em seus respectivos espaços de sociabilidade? Memórias e identidades poderiam ser percebidas no espaço geográfico?

Memórias, identidades e espaço

Respeito às diferenças é algo bastante discutido (ou seria discutível?) podendo essas diferenças variar desde as ideias, os credos, chegando às diferenças no âmbito das sexualidades e de performances de gênero. Esse discurso nos leva a refletir sobre o tema da identidade, que varia tanto entre grupos quanto entre pessoas.

Cada sujeito carrega consigo múltiplos traços identitários, assumidos através de suas escolhas, de seu estilo de vida, suas ações e modo de pensar, logo, construídos através das semelhanças e diferenças.

Porém a vivência plena de identidades associadas a sexualidades dissidentes podem fazer com que o mesmo sofra discriminação, gerando sua

exclusão perante algum grupo ou mesmo em relação à sociedade em geral. Tal exclusão pode ocorrer quando uma dessas identidades interfere em outros papéis que essa pessoa represente. Nesse sentido, por receio, insegurança ou para se preservar, uma pessoa pode ocultar, ou simplesmente não revelar uma identidade para poder exercer certos papéis sociais ou para poder participar de determinado grupo.

Portanto é possível perceber que os sujeitos passam por experiências de fragmentação em suas relações pessoais e em seu trabalho, circulando por grupos de identidades diversas, expressando também alguns dos papéis sociais que exercem (HALL,1997).

Nesse sentido, devido a um modelo de sociedade cisgênera, binária e heteronormativa que vem se perpetuando ao longo das gerações, é comum que sujeitos LGBTQI+ sofram exclusão, ou mesmo sejam submetidos a constrangimentos ao exporem sua identidade em determinados locais ou grupos, sofrendo agressões (verbais e físicas), chegando até mesmo ao assassinato desses sujeitos, como evidenciado frequentemente pela mídia². Tais fatos demonstram como a exposição dessas identidades pode interferir na vida dos indivíduos, impossibilitando-os muitas vezes de exercerem outras identidades ou papéis sociais.

² O Grupo Gay da Bahia realiza levantamento sistemático de assassinos sofridos por LGBTQI+ no Brasil. Os dados podem ser verificados em relatórios disponibilizados em seu site: <https://grupogaydabahia.com.br/>

Em virtude da evidente vulnerabilidade dos sujeitos LGBTQI+, não é incomum ocorrer no congresso nacional discussão de propostas como a que sugere o tratamento para “cura” da homossexualidade e, em sentido oposto projetos que visem à criminalização da homofobia. Poucos avanços com relação à pauta de garantias de direitos a essa população lograram êxito no campo político, sendo percebidos alguns avanços na esfera judiciária, através do julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão, em 2019, que resultou na equiparação da homofobia e da transfobia à crimes de racismo.

É importante observar que tais atitudes fazem parte de uma construção histórica que colocou as sexualidades dissidentes como um estigma, como nos mostra Goffman:

as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. (GOFFMAN, 2008, p.14)

A construção dessa estigmatização está presente na memória de nossa sociedade, a partir da perpetuação de uma lógica normatizada/higienizada de sexualidade que vem permitindo a aceitação da lgbtqfobia por diversos grupos e sociedades sem questionamentos.

Para melhor entendermos essa relação da memória como elemento formador de identidades, é importante darmos um enfoque na Memória

Social enquanto conceito, para assim analisarmos as implicações práticas dela na construção dos sujeitos e de seus territórios.

Vale destacar que a Memória Social é um conceito que, do mesmo modo que a identidade, “está sempre por ser criado” (Gondar, 2005:15), ou seja, é dinâmico e impossível de ser definido de forma unívoca. Partindo disso conclui-se que ocorre, no caso da Memória Social, a observação de um caráter transdisciplinar visto que para ser possível entendê-lo, é necessário por em diálogo diversos campos disciplinares, fazendo com que tal conceito não seja passível de ser definido a partir de um campo disciplinar próprio. Sobre isso, Gondar (2005) nos mostra que “a Memória Social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito” . (p.15)

Aliado a isso é possível percebermos a Memória Social ainda não somente como algo que esteve no passado e que se mantém estático para simples consulta nos dias atuais, mas sim algo que é constantemente reinventado no presente. Sobre isso Farias (2011) aponta que “a Memória Social não deve ser considerada como uma recuperação anacrônica do passado, uma vez que é a reconstituição do presente, uma realização e atualização mediante mecanismos da linguagem no âmago das práticas sociais” . (p.08)

Dessa forma, dada a complexidade dos sujeitos analisados nesse artigo e as inúmeras questões que os cercam, percebe-se a importância da utilização

de uma abordagem transdisciplinar, como a utilizada pela Memória Social, a fim de tornar mais claras questões como a influência do histórico de homofobia, bifobia e transfobia no comportamento dos sujeitos LGBTQI+ que hoje vivem no Rio de Janeiro.

Muitos sujeitos não vivenciam de forma plena a sua sexualidade, pois o fato dele assumir socialmente a homossexualidade, por exemplo, acarretaria problemas na vivência de suas outras identidades. Isso ocorre devido à homossexualidade aparecer em nossa memória coletiva como algo errado, desviante, resultando em conflitos envolvendo esse perfil de sujeito, fazendo com que o mesmo recorra a espaços de sociabilidade homoafetivos para exporem de forma plena sua identidade.

Sobre memória coletiva, Halbwachs (2004) nos explica que “estamos tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros” (p.51). O autor complementa ainda relatando que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” . (p.55)

Associado a isso, vemos ao longo dos anos se multiplicarem no espaço urbano territorialidades homoafetivas ou, em outras palavras, o que chamaremos aqui de espaços de sociabilidade homoafetivos. Esses espaços podem ser vistos como expressões territoriais dessas identidades já que neles esses sujeitos conseguem impor uma relação de poder refletida espacialmente

através de seus símbolos, entendendo que “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (HALL e WOODWARD, 2000, p.8).

A partir disso é importante ressaltar que tais espaços servem como locais onde sujeitos LGBTQI+ podem interagir e encontrar seus semelhantes com menor risco de sofrerem discriminações e agressões por parte da sociedade dominante.

Vemos que os espaços de sociabilidade homoafetivos servem como abrigo, refúgio, sendo ainda um local de afirmação e resistência de uma identidade que consegue, a partir desses espaços, construir marcas na memória da sociedade ajudando esta a questionar e desconstruir a imagem negativa que ao longo de gerações é associada à homossexualidade, já que

é à memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo; orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer, segundo a flecha do tempo da mudança, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo. (RICOEUR, 2007, p.7)

Em contrapartida, ao observarmos alguns símbolos e representações encontrados no espaço urbano, é possível percebermos que seu arranjo reafirma a norma heteronormativa, não permitindo na maioria dos casos que ocorram manifestações que fujam a essa ordem, dificultando a criação de espaços de sociabilidade homoafetivos com maior visibilidade no contexto urbano brasileiro. Uma exceção a isso é percebida em contextos efêmeros,

como durante o Carnaval, quando a ordem binarista de gênero é temporariamente subvertida.

Percebemos com clareza a predominância da ordem heteronormativa binária observando sinais do espaço com as divisões dos banheiros de acordo com o sexo biológico, bem como na divisão sexista que subentende noção de casal como sendo uma relação homem-mulher percebida nas mais diversas propagandas que estampam *outdoors* ao longo do país. Vale ressaltar ainda algumas ações vistas como inclusivas e visando garantir a equidade de gênero, como a criação de espaços exclusivos para mulheres no transporte público de algumas cidades, como o Rio de Janeiro, mas que deixa dúvidas sobre a inclusão de travestis e mulheres transexuais nesses locais.

Desse modo cabe refletirmos sobre a ideia de democratização do espaço urbano abarcando nela questões como gênero e sexualidade e suas manifestações socioespaciais.

Partindo disso, vale ressaltar que, segundo “a Constituição de 1988, a prática urbanística busca não apenas reconciliar o cidadão com seu espaço, mas igualmente com seu sistema de representação social e político” . (FARIAS FILHO, 2012, p.102). Desse modo, é possível perceber que muitos são os excluídos do espaço urbano, tendo assim que recorrer a espaços privados, que por sua vez também não são de livre acesso a todos por seguirem, na maioria dos casos, uma lógica de mercado. Sendo assim cabe discutir sobre que atores estão inseridos nesse espaço bem como (re)pensarmos questões relativas ao direito à cidade e seus personagens envolvidos.

Temos, portanto, um processo de exclusão social de LGBTQI+ refletindo também em exclusão socioespacial/territorial, a partir de sua segmentação no espaço urbano. Isso é percebido no momento em que o espaço urbano reflete uma lógica heteronormativa vista como “natural”, punindo muitas vezes com violência aqueles que fogem a essa norma, salvo dentro de “enclaves” reservados, exemplos estes de espaços de sociabilidade homoafetivos com caráter excludente, já que o ingresso nestes obedece a uma lógica de mercado.

Cabe ressaltar ainda que nas cidades brasileiras não temos registro de formação de guetos³ gays como vemos em Soho (Londres), Marais (Paris), Castro (São Francisco) dentre outros espalhados por diversos países.

Tal diferenciação das cidades brasileiras em relação às supracitadas implica ainda questionar se esses guetos seriam de fato uma manifestação de força dessa identidade ou uma reafirmação de sua segregação e não aceitação por parte da sociedade? A sociedade brasileira seria, portanto, menos tolerante e a sua militância menos avançada em relação ao dos países citados?

É válido ainda pensarmos se a guetificação nos moldes atuais não teria como objetivo satisfazer uma lógica capitalista que procura facilitar a busca por mercados segmentados visando, no caso LGBTQI+, alcançar o chamado *Pink Money*. Por fim vale ressaltar ainda que a presença de guetos gays

³ Para um espaço ser definido como ghetto, consideramos nesse estudo que ele deve atender a quatro requisitos conforme exposto por Perlongher (1987), a saber: (1) concentração institucional; (2) existência de uma área cultural; (3) certo isolamento social e; (4) concentração residencial.

poderia não ser necessariamente sinônimo de maior aceitação da homossexualidade ou reconhecimento de suas demandas e direitos, visto que países que não apresentam guetificação nesse perfil, como Argentina e Uruguai, já aprovaram projetos de lei progressistas no que tange os direitos sexuais e reprodutivos.

A Construção do Lugar

Dentre as formas de ocupação e ressignificação do espaço, podemos delimitar dois conceitos conhecidos pelos geógrafos, sendo estes o território e o lugar.

O primeiro deles aparece como sendo uma relação na qual o sujeito ocupa e imprime a esse espaço uma relação de poder. Podemos definir ainda de forma mais ampla o território, como formado a partir do espaço, sendo possível entendê-lo como sendo “o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço” . (RAFFESTIN, 1993. p. 143)

Para a construção de um território é necessário que haja uma relação de poder exercido por parte dos atores ali presentes e reconhecimento por parte daqueles que não fazem parte dele. Dessa forma temos o território como algo concreto, delimitado, independente de suas fronteiras serem concretas/físicas ou simbólicas. Após essa breve contextualização do território enquanto

conceito, partiremos para o entendimento de mais um conceito fundamental para entender as relações sociais sobre o espaço: o lugar.

Construído em grande parte nos campos simbólico e afetivo, o lugar apresenta como premissa para a sua formação a noção de pertencimento do indivíduo em relação àquele espaço. Temos a construção do lugar a partir das experiências nele vividas e compartilhadas com seus pares.

Os lugares se formam a partir do momento em que passamos a conhecer melhor aquele espaço, dando a ele um valor afetivo e para isso temos que levar em consideração o tempo e as memórias das experiências ali vividas para assim dotarmos a esse espaço um valor capaz de fazer com que o mesmo se torne um lugar. Além desses, inúmeros outros fatores contribuem para a formação de lugares, sendo a cultura um dos principais.

No que tange a memória como elemento formador dos lugares, Tuan (1983) mostra que os lugares são construídos a partir das trocas íntimas que acontecem em um espaço. Desse modo, essas trocas ficam gravadas e são lembradas no momento em que o indivíduo retorna a esse local, produzindo nele sensações de satisfação por ali estar. Sendo assim, elementos como decoração, tipo de luminosidade ou mesmo os aromas do ambiente formam um conjunto de sensações capazes de fazer com que o indivíduo se sinta confortável naquele espaço e que este remeta a lembranças de momentos bons e prazerosos vividos ali, fazendo assim com que aquele espaço seja considerado para ele um lugar. Tal contexto pode ser entendido através do trecho a seguir, em que Tuan coloca o lar como um exemplo de lugar:

(...) a memória tece as alegrias mais intensas e nos mantém à sua mercê através de ninharias, algum som, o tom de uma voz, o odor de piche e de algas marinhas no cais. (...) Este certamente é o significado de lar – um lugar em que cada dia é multiplicado por todos os dias anteriores. (TUAN, 1983. p.160)

Nesse contexto a cultura faz com que a sociedade crie valores e necessidades que devem por sua vez ser saciados pelos indivíduos que nela vivem. Tuan (1983) nos mostra que os lugares podem ainda ser vistos como espaços de segurança, pois nele nossas necessidades – materiais e imateriais – são satisfeitas. No lugar temos não somente a satisfação das necessidades biológicas, mas podemos incluir em nossa análise as necessidades sociais como o estar junto de seu semelhante, necessidades afetivas e mesmo a necessidade de expor sua personalidade, sua identidade. Logo, é possível pensarmos nos lugares como formados sob a mediação do tempo e da cultura e moldados pelas experiências ali vividas, fazendo com que esse espaço adquira significado.

Diferentemente do território, que tem suas fronteiras – mesmo as simbólicas – mais perceptíveis, os lugares são individualizados, variam de acordo com o sujeito/grupo que o vivencia. Um lugar pode ser tanto um espaço utilizado para satisfazermos necessidades básicas (como a alimentação, descanso), quanto aquele espaço em que vivenciamos o primeiro beijo, por exemplo, visto que em ambos os casos estamos associando um significado a esse espaço. Tuan (1983) os define como lugares íntimos, sendo

esses os “lugares onde encontramos carinho, onde nossas necessidades fundamentais são consideradas e merecem atenção sem espalhafato” (p.152).

Podemos dizer que alguns espaços são modificados na intenção de se tornarem um lugar para aqueles que o ocupam – podemos associar aí as lógicas de mercado, como ocorre na indústria hoteleira – enquanto outros simplesmente se tornam por ações que ali ocorreram.

Para isso os sujeitos lançam mão de artefatos que podem tornar aprazíveis à vivência dele ou mesmo de outros indivíduos naquele espaço. Tal questão pode ser percebida com clareza ao tomarmos como exemplo os quartos de hotel, criados para proporcionar conforto e bons momentos para aqueles que o ocupam. Para tanto os hotéis investem em decoração e objetos que promovam conforto àqueles que ali se hospedem, tentando tornar esse espaço como sendo um local íntimo para os que ali estão, independente do tempo da estadia. Outros estabelecimentos comerciais também lançam mão dessa estratégia para atrair frequentadores, visto que estes, ao se sentirem bem e terem uma boa experiência de vivência naquele espaço, possivelmente voltarão para vivenciá-la outras vezes. Essa medida garante, em grande parte, o sucesso daquele estabelecimento.

Trazendo para o debate os espaços de sociabilidade LGBTQI+, podemos perceber essa modificação em diversas boates, casas de show e bares que buscam, através da ornamentação, apresentar aquele espaço como receptivo a sujeitos LGBTQI+. Tais modificações se percebem com a inclusão de símbolos como a bandeira do arco íris que pode inclusive ser recriada por meio de

balões coloridos ou faixas inseridas nas fachadas. Outro meio de adaptação desses espaços é a inclusão de frases que ressaltem o orgulho a essa identidade.

Um lugar, no entanto, pode ser criado independente da vontade do sujeito, visto que uma experiência vivida por ele de forma espontânea – sem que ele planejasse – pode fazer com que determinado espaço se torne, a partir dela, um lugar para aquele que ali vivenciou tal experiência. Para Tuan (1983) “cada troca íntima acontece em um local, o qual participa da qualidade do encontro. Os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato” (p.156). Logo, os lugares são subjetivos, tidos e/ou sentidos de forma única por cada indivíduo. Sendo assim o lugar é o modo como sentimos determinados espaços, visto que os lugares são espaços que, quando lembrados nos remetem a sensações, produzindo satisfação por lembranças de fatos ali vividos.

Ao pensarmos novamente nos espaços de sociabilidade homoafetivos, é possível vermos que estes podem se formar de ambas as formas (espontânea ou induzida). Alguns locais como praças de alimentação de shopping, parques ou mesmo trechos de praia que se tornaram espaços de sociabilidade para LGBTQI+, não foram criados com esse intuito, mas se tornaram para aqueles que ali circulam devido às relações que ali se deram. Como exemplo podemos citar o trecho de praia que se encontra nas proximidades da rua Farne de Amoedo, em Ipanema, onde há ao longo de décadas, grande e permanente

interação entre sujeitos LGBTQI+, se mantendo enquanto espaço de sociabilidade desse público. Veja imagem do local abaixo:

Imagem 1: Trecho de Praia localizado em frente a rua Farne de Amoedo – Ipanema.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Quando circulamos em espaços homoafetivos, como o trecho de praia supracitado, percebemos além dos símbolos que remetem à identidade LGBTQI+, muitas falas de seus frequentadores que remetem a sensação de acolhimento, no sentido de naquele espaço o indivíduo poder ser quem ele é. Em espaços mais recentes – ou em locais onde há menor tolerância à prática homoafetiva – são utilizados símbolos mais sutis, visto que pode haver conflitos com outros sujeitos ou mesmo muitos que o procurem preferam não

expor de forma clara sua orientação sexual já que alguns indivíduos não se identificam com tal identidade apesar de vivenciarem relações com pessoas do mesmo sexo.

Vale ressaltar ainda que a existência de relação de poder no espaço exercido por determinado grupo, não exclui a possibilidade dele ser um lugar para o mesmo, em virtude dos conceitos de território e lugar não serem excludentes. É possível perceber ainda a ocorrência de uma relação até mesmo mutualística entre os dois conceitos no caso dos espaços homoafetivos visto que a transformação de determinado espaço em um território de sociabilidade homoafetivo garante, em virtude da relação de poder e controle sobre aquele espaço, a segurança necessária para o indivíduo expor sua sexualidade e interagir com os demais. Dessa forma serão nele trocadas experiências que poderão fazer com que esse território seja tido por esses indivíduos como um lugar.

Da exclusão à socialização: o lugar no contexto da sociabilidade LGBTQI+

Discutido o lugar enquanto conceito e experiência, cabe fazermos uma análise sobre os espaços tradicionalmente tidos como lugares, dado o propósito de acolhimento e proteção que são esperados neles e trazê-los para o contexto do sujeito LGBTQI+. Tomando como exemplo espaços como o lar, a escola ou mesmo os templos religiosos, temos neles algo em comum: sua frequência na busca por acolhimento, descanso, entre outros. Como nos

mostra Tuan (1983) “a casa como lugar está cheia de objetos comuns. Nós os conhecemos através do uso” (p.159). Tuan (1983) afirma ainda que

o lar é um lugar íntimo. Pensamos na casa como lar e lugar, mas as imagens atraentes do passado são evocadas não tanto pela totalidade do prédio, que somente pode ser visto, como pelos seus elementos e mobiliário, que podem ser tocados e também cheirados: o sótão e a adega, a lareira e a janela do terraço, os cantos escondidos, uma banquetta, um espelho dourado, uma concha lascada. “Nas coisas menores e mais familiares” , diz Freya Stark, “a memória tece as alegrias mais intensas e nos mantém à sua mercê através das ninharias (...) (TUAN, 1983, p.160)

A vivência torna o espaço da casa como um lar, logo, um lugar. Na escola tal vivência também se dá no contato diário, na socialização com colegas de mesma idade, induzido e mediado pelos professores ao exporem trabalhos dos alunos, ditando regras de convívio e auxiliando-os em seus processos de socialização fazendo com que eles se sintam pertencentes àquele espaço. Cabe, portanto refletirmos sobre se a vivência nesses espaços seria, para todos os presentes, acolhedora. Seriam estes espaços, tradicionalmente entendidos como lugares, acolhedores para todos que ali vivem?

Para muitos LGBTQI+ a vivência em alguns desses espaços pode não torná-los um lugar em virtude de problemas associados a sua sexualidade. Para esses indivíduos a socialização pode se dar de forma diferente, visto que muitos sofrem discriminação por conta da sua orientação sexual ou identidade de gênero diferir da norma hegemônica. Tal discriminação, no entanto, muitas

vezes se inicia nesses espaços tradicionalmente vistos enquanto espaços de acolhimento, como o lar, a escola ou mesmo os templos de algumas religiões.

Quando o indivíduo LGBTQI+ sofre algum tipo de rejeição ou mesmo agressões por parte de seus pais em decorrência de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, o lar perde sua função de acolhimento, tornando-se um espaço de sofrimento para esse sujeito. Muitos LGBTQI+ são ainda hoje agredidos ou mesmo expulsos de suas casas por seus responsáveis em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Nas escolas atualmente tem se falado com frequência sobre questões relacionadas ao *bullying*, visto que este é motivo de traumas para muitos jovens, prejudicando seu desenvolvimento pessoal e muitas vezes o afastando dos estudos. O *bullying* de motivação homofóbica/bifóbica/transfóbica, por exemplo, não é sofrido exclusivamente por indivíduos LGBTQI+, mas também por aqueles que, embora heterossexuais, não manifestem atitudes “esperadas” por um sujeito heterossexual cisgênero na sociedade, pois esta tem um padrão esperado de masculinidade e de feminilidade que faz com que aqueles que não o seguem tenham sua sexualidade questionada. Logo, na escola, meninos mais tímidos, por vezes tidos como delicados ou sensíveis, dentre outras características não relacionadas com o universo masculino, por exemplo, podem sofrer com o *bullying* homofóbico. Com isso percebemos que, para muitos LGBTQI+, a escola também pode não se constituir enquanto um lugar.

Podemos citar ainda como exemplo alguns espaços religiosos, basicamente aqueles relacionados a religiões nas quais a prática homossexual ou diferenças relacionadas à identidade de gênero são condenadas, consideradas pecaminosas, sugerindo assim que o LGBTQI+ seja um sujeito pecador em virtude de suas práticas e, sugerindo muitas vezes que estes devam se redimir e deixar de praticar tais atos para alcançar o perdão divino. É possível observarmos, com relativa frequência a fala de pastores ligados a religiões cristãs neopentecostais condenando a homossexualidade, muitos inclusive o fazendo com extrema agressividade. Tal posição tem sido vista pela militância como um risco visto que podem incitar práticas violentas contra LGBTQI+. A magnitude desse risco se dá por essas religiões terem alcançado um extenso domínio da mídia escrita e televisiva, bem como por sua forte inserção também no campo político, com a eleição de representantes comprometidos com agendas conservadoras. Essa inserção política vem impedindo a criação de uma agenda progressista ligada à garantia de Direitos Humanos e às liberdades individuais de minorias sexuais.

Dentre os pontos dessa agenda podemos citar a legalização/regulamentação da União Civil entre pessoas de mesmo sexo e a criminalização da homofobia, esta última podendo afetar diretamente algumas práticas de representantes religiosos. Uma das reivindicações dos líderes de algumas religiões é que estes não sejam impedidos de condenar abertamente as práticas homoafetivas, sendo importante ressaltar, no entanto, que existem igrejas/religiões vistas como inclusivas, que aceitam e acolhem

indivíduos LGBTQI+ sem que estes tenham que negar tais práticas, como é possível perceber nas religiões de matriz africana. Logo, vemos que dependendo da religião, o templo religioso pode se tornar ou deixar de ser um lugar para o sujeito LGBTQI+.

Refletindo para (não) concluir

Nessa parte final do artigo, é importante relatar que a vivência dentro e fora dos espaços de sociabilidade LGBTQI+ mostra a capacidade dos indivíduos em adequar determinados espaços às regras sociais daqueles que ali frequentam e também que os comportamentos se alteram dependendo do espaço e da sua função.

No que tange a memória, vemos que esta surge, como elo capaz de mostrar aos indivíduos a forma como se portar, sendo através dessa memória, seja ela vivida efetivamente, seja vivida por tabela e transmitida pelos seus pares (POLLAK, 1992) que se efetivam comportamentos e se constroem identidades.

Os sujeitos escolhidos nesta análise nos leva a refletir sobre alguns temas como a nossa sociedade, seus tabus e preconceitos, a fim de discutir a partir disso sobre possíveis formas de amenizá-los, contorná-los ou mesmo erradicá-los. Ao longo das últimas décadas, principalmente a partir do final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a sociedade brasileira passou por diversas mudanças, tendo a sua postura e tolerância com o diferente sofrido alterações, embora ainda haja muito que avançar no sentido de garantir

direitos a essa população. Os espaços de sociabilidade ganharam visibilidade por meio dos seus símbolos cada vez mais sendo expostos e sendo (re)apropriados e ressignificados pelos sujeitos LGBTQI+ conforme discutimos ao longo desse trabalho, sendo possível perceber que, o que antes era definido de forma pejorativa como guetos, locais escondidos, aonde normalmente os indivíduos iriam somente à procura de uma prática sexual tida como proibida, se diversificaram tornando-se locais de convivência, socialização e confraternização.

Cabe perceber que vem sendo gestada uma nova geração de sujeitos, com perfis distintos daqueles que hoje vivem a maturidade, visto que estes têm ressignificado sua existência a partir da memória vivida pelos mais velhos, permitindo-os avançar usufruindo das conquistas obtidas pelos seus antecessores. Essa nova geração, de certo modo mais livre, que ousa expor sua sexualidade em espaços que ainda não se percebem preparados para compreendê-la, como as escolas, lançam mão de uma gama de identidades que os torna cada vez mais difícil de serem incluídos nas definições até então existentes. Muitos desses jovens procuram inclusive abolir as definições – como enfocam teóricos *queer* em seus estudos, podendo citar aqui como exemplo uma vasta gama de publicações realizadas por Judith Butler.

Mas a quem serve essa necessidade de definição dos sujeitos? Será essa a geração que conseguirá quebrar com o padrão binário, cisgênero e heterossexista?

Somente a observação desse novo grupo e seus atos dirão se de fato as identidades serão abolidas. Logo, as vivências no decorrer do tempo serão capazes de moldar as pessoas a partir de suas memórias e nos mostrará se, no futuro, haverá a necessidade de espaços voltados para esse perfil de indivíduo, visto que estes só se justificam pela exclusão destes sujeitos em relação aos demais para assim exporem com segurança suas identidades.

Por fim, espera-se que o sujeito LGBTQI+ não seja mais reconhecido em sua maturidade como um sobrevivente, mas sim como aquele que soube/conseguiu lidar e se libertar das amarras de um passado que impediu seus antecessores de viverem livremente sua sexualidade, para que as próximas gerações pudessem vivê-la livremente e sem privações de direitos básicos como ocorre ainda nos dias atuais.

Referências

BARRETO, R.C.V. *Memórias e Práticas em Espaços Homoafetivos na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Memória Social), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

BUTLER, J. *Problemas de gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FARIAS, F. R. Texto de Apresentação. In. *Apontamentos em Memória Social*/ Francisco Ramos de Farias (org). Rio de Janeiro, RJ. Ed. Contra Capa, 2011. p. 07-14.

FARIAS FILHO, J. A. *Prática Urbanística e Diversidade Sexual: Pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade?*. Advir (ASDUERJ) , v. 28, p. 100-113, 2012.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONDAR, J. *Quatro proposições sobre memória social*. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (orgs.). *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 11-26.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo, São Paulo. Centauro, 2004.

HALL, S. *Representation: cultural representations and signifying practices*.

Londres: Sage/The Open University, 1997.

HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) : tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.133p

PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo, SP. Ed. Brasiliense, 1987.

POLLAK, M. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília . França. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*/ Paul Ricoeur – Tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SOLIVA, T.B, GOMES JUNIOR, J. *“Entre Vedetes e “homens em Travesti” : Um Estudo Sobre Corpos e Performances Dissidentes no Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XX (1900-1950).” ; Locus 26, no. 1, 2020.*

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo, SP. Ed. DIFEL, 1983.